

Happynomics: a felicidade utópica

Pierre-Gilles Guéguen
Tradução: Eveline
Revisão: Alma Rosas e Marcelo Veras

Em 14 de outubro de 2007, o jornal britânico *The Independent* – com tendência liberal-democrata, portanto à esquerda do Partido Trabalhista, teve como manchete: “Uma vitória do pensamento positivo”, referindo-se ao relatório de pré-orçamento do ministro das Finanças, Gordon Brown. Diante do desastre do sistema psiquiátrico inglês, o ministério tomou as rédeas: liberou £30.000 imediatamente, seguidos de £170.000 que, a partir de 2010 seriam dedicados ao retorno das “terapias pela palavra”.

Uma lei que altera o plano de saúde mental é votada no parlamento. Ela ratifica o fracasso das terapias medicamentosas e inicia uma mudança nas prioridades: “Os médicos generalistas não tem tempo para falar com os seus pacientes; se eles se queixam de estresse ou depressão, a lista de espera para consulta é de 18 meses. Agora sabemos que o tratamento pela palavra é mais eficaz para muitas dessas doenças”, disse o *The Independent*, que realiza uma campanha de pressão política nesse sentido há cinco anos. “A depressão e a ansiedade geram custos enormes, tanto para as pessoas diretamente envolvidas, como para o país. Isto é ainda mais caro do que o desemprego”, garante Layard, professor da renomada Escola de Economia de Londres. Ele é a inspiração por trás do projeto, e autor de um livro com título delirante: *Felicidade: Lições de uma nova ciência*. Ao sabermos que o diretor de uma escola pública elitista - o Colégio Wellington – incluiu no programa de seus alunos cursos de felicidade ministrados pelos professores de religião e supervisionados pelo professor da Universidade de Cambridge, Nick Baylis, fundador de um “Instituto da Felicidade”, não deve surpreender a ideia de que quase todo o crédito do plano Layard será direcionado à formação de psicólogos em TCC – os quais devem designar os termos de “terapias pela palavra” e “pensamento positivo”.

Algumas vozes, no entanto, parecem entrar em dissonância com essa loucura generalizada, como a do Professor Rufus May, da Universidade de Bradford, que fez valer o argumento econômico: “O pensamento do governo sobre a saúde mental não é a longo prazo. Tudo é a curto prazo: ninguém quer saber nada além da maneira mais econômica de resolver o problema. Precisamos pensar em um sistema mais global”. Entretanto, no suposto quadro para “melhorar a perspectiva do público em relação às psicoterapias”, dois centros-piloto foram implementados e um vasto programa nacional deve dar continuidade ao projeto: “os terapeutas não terão que ser graduados em psicologia e, por isso, o treinamento pode ser feito em algumas semanas por cognitivistas que apliquem protocolos sob a supervisão de um psicólogo diplomado”. Nossa colega britânica Julia Evans se referiu corretamente a estes centros como “fábricas do bem-estar”.

Se é verdade que recentemente a política global de saúde tem sido amplamente modificada sob a pressão de conservadores liberais – no sentido tradicional e europeu de liberalismo –, eu não pude, contudo, me assegurar que esses projetos duvidosos tenham sido abandonados. É verdade que o governo de David Cameron é, em boa parte, composto de conservadores autoritários, de acordo com uma política da saúde intervencionista, definida ainda sob os governos trabalhistas de Tony Blair e Gordon Brown, que foi chamada de *New Labour*.

Em 12 de março de 2011, surgiu uma matéria um tanto irônica do colunista britânico Roger Cohen, do *The New York Times*, sob o título “Os happynomics da vida”, que gerou inúmeros comentários. A matéria anuncia que, a partir de abril de 2011, cada cidadão britânico deveria estar preparado para responder às seguintes perguntas em uma escala de 0 a 10: Você se sentiu feliz no dia de ontem? Você se sentiu ansioso no dia de ontem? Você se sente satisfeito com a sua vida hoje? Até que ponto você acha que o que você faz da sua vida vale a pena?

O governo de David Cameron quer instituir o primeiro índice econômico de felicidade dos sujeitos de Sua Majestade, como indicado pelo repórter: “Isto é para dar o valor das coisas que não têm rótulos,” ao invés de código de barras. Isso faz parte do projeto Big Society de Cameron.

Poderíamos identificar aí um gosto bastante britânico pela excentricidade, à la Lytton Strachey, nesses projetos renovados de Bentham, não coincidissem isso com uma tendência profunda entre especialistas em economia em todo o mundo. Layard é professor na Escola de Economia de Londres e trabalha numa linha muito próxima dos economistas americanos. Seu relatório sobre a depressão na Grã-Bretanha, que é a origem do projeto, assim como o trabalho de seus colegas, é baseado em agregados tão sofisticados como vazios de dados cognitivo-comportamentais.

O mais conhecido entre esses economistas é o ganhador do Prêmio Nobel de Economia de 2002, Daniel Kahneman, da Universidade Princeton nos EUA, mas outros economistas mundialmente conhecidos como Joseph Stiglitz também se juntaram a essa linha de trabalho, alguns para minimizar os custos das intervenções do Estado na política de saúde (do lado dos conservadores), e outros para encontrar uma maneira de se opor ao poder do dinheiro nas mudanças dos indicadores do PIB e fazer valer o argumento de que a qualidade de vida não pode se reduzir inteiramente à posse de riquezas.

Se os franceses se consideram imunes, lembrem-se apenas que um relatório de mais de 400 páginas, encomendado por, e com prefácio de Nicolas Sarkozy, foi publicado pela Editora Odile Jacob em novembro de 2009, sob a direção dos Prêmio Nobel de economia Joseph Stiglitz e Amartya Sen, e do professor e especialista francês bastante conhecido, Jean-Paul Fitoussi. Trata-se, como eles dizem, de garantir a mensuração e boa gestão do que chamam de “capital humano”.

Como indicado na contracapa: “Para enfrentar o futuro, devemos, em primeiro lugar, decifrar melhor o mundo em torno de nós e compreender melhor como ele muda. Não há outro meio senão o de melhorar a aritmética das nações”.

Portanto, para além dessa ou daquela nação, é o conjunto dos países da economia mundial que estão envolvidos nesta abordagem econômica.

Além das crises econômicas - ocorridas repetidamente desde 2008, e bem antes por certo – outros fatores demonstram a inutilidade de tais empresas. A “aritmética das nações” não obedece à lógica do inconsciente nem ao do mal-estar na civilização. Ela está baseada na suposição de que o gozo poderia se escrever sem resto, ou seja, poderia ser totalmente inscrita dentro de um sistema de ficções que não tocam o real, do tipo benthamiano. Ora, trata-se, para o ser humano, de uma relação entre o corpo e a letra, relação que os happynomics ignoram, mas da qual Lacan tratou especialmente no final do seu texto “Lituraterra”. Remito-os aqui a uma apaixonante discussão entre Éric Laurent e Jacques-Alain Miller, onde o problema é formulado a partir da frase conclusiva de Lacan: “Uma ascense da escrita não me parece poder ser atingida senão alcançando um ‘está escrito’ onde se inscreveria a relação sexual”.

A conclusão desta breve apresentação poderia, então, apoiar-se neste comentário que tomo emprestado de E. Laurent: “O discurso analítico só passará se conseguir fazer escutar sua prática da não-relação, o que explica a abundância de termos em Lituraterra que designam as não-relações; que vemos aparecer ora como substantivo (Lacan fala de ruptura, de quebra), ora como verbo (ele fala de dissolver, de quebrar), tudo isto aplicado ao significante.

Isso indica que a letra está no corpo e que ela marca a ligação indissolúvel entre a fala e o corpo pulsional, extraindo um resto que cava a não-relação, e que Lacan põe em marcha sob o termo de objeto a.

O impasse dos happynomics reside no fato de que eles acreditam que a fala não comporta nenhuma não-relação e, portanto, nenhum resto. Esses economistas imaginam que é possível fazer os consumidores felizes mesmo que eles não saibam, enquanto Lacan, mais prudente, sabia que de, entrada, “o sujeito é feliz”, porque ele goza de seu sinthoma, isto é, do vivente que há nele. Os happyno-

mics, pelo contrário, sonham com um mundo cuja enunciação, quer dizer, a tomada do corpo naquilo que se diz, tenha desaparecido. Sobrariam apenas enunciados sem sujeito – teatro de sombras, algo próximo do Bunkaru japonês, do qual Roland Barthes dizia, em *O Império dos Signos*, ter experimentado, ao assistir, o alívio de quem abandona toda a responsabilidade para se submeter a um outro gozo.

A psicanálise vai na direção oposta, e os jovens da Puerta del Sol, ou da Praça Syntagma, nos fazem lembrar disso ao usarem como slogan: “Nós somos seres humanos, e não os números do desemprego”.

Tradução: Priscylla Guedes

Revisão: Alma Rosas e Marcelo Veras